

AS DEFICIÊNCIAS MEDIEVAIS E O MODELO SOCIAL

LÉO ARAÚJO LACERDA¹;
DANIELE GALLINDO GONÇALVES²

¹ Universidade Federal de Pelotas – leoaraujolacerda@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas– danigallindo@yahoo.de

1. INTRODUÇÃO

O texto desta comunicação visa fornecer uma apresentação introdutória da pesquisa em andamento no doutorado em História da Universidade Federal de Pelotas, e vinculada ao POIEMA – Polo Interdisciplinar de Estudos sobre Medieval e Antiguidade - coordenado pela Profa. Dra. Daniele Gallindo Gonçalves. A pesquisa busca refletir sobre as deficiências (sensorial, motora e intelectual) em documentos concernentes aos séculos XII e XIII em Aragão e Castela e Leão. Por outro lado, nessa apresentação propõe-se realizar uma discussão do modelo social e sua relação com a produção historiográfica sobre as deficiências medievais, particularmente, nos escritos da medievalista Irina Metzler.

O emergente campo das deficiências medievais surgiu após a configuração do campo dos *Disability Studies* nos anos 80 do século XX paralelamente nos Estados Unidos e Reino Unido. Para a expansão do campo foi fundamental a fundação da *Society for disability Studies* em 2008 na Universidade de Michigan (USA) durante 43º Congresso de Estudos Medievais. Atualmente já são mais de 400 membros, tendo a incumbência da edição de uma revista interdisciplinar trimestral que defende a formação de acadêmicos ativistas. Antes a deficiência era uma inteiramente um âmbito de médicos e especialistas em medicina, mas a variabilidade das experiências históricas e das percepções sobre esses indivíduos e sobre sua condição deixa claro que se trata de uma construção social, e não algo natural.

Segundo Henri-Jacques Stiker (2000) a percepção da ausência de fonte ou da pouca abundância destas se deve a procura equivocada, sendo, precisamente, nos hospitais entre os enfermos e empobrecidos¹. No entanto, devemos enfatizar o fato da história das pessoas deficientes não se resumir a suas histórias enquanto pacientes.

2. METODOLOGIA

Além do estado incipiente dos estudos sobre as deficiências medievais no Brasil, há uma significativa necessidade de desenvolver pesquisas que evidenciem a historicidade do fenômeno da diferença corporal, bem como os mais diversos posicionamentos sociais decorrentes. Nesse sentido, construindo cenários de atuação social dos deficientes e das interações entre deficientes e não deficientes que não estejam reduzidos à história médica, portanto, que não considerem apenas as histórias das pessoas deficientes enquanto pacientes ou enfermos. Assim, como recurso metodológico para compreender as interações do

¹ A versão empregada do livro *A History of Disability* (2000) advém da tradução do original em francês nomeado *Corps infirmes et sociétés* (1997).

modelo social na produção historiográfica sobre as deficiências medievais utilizou-se da pesquisa bibliográfica com subsídio as considerações propostas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A questão da mobilidade permeou também a peregrinação aos santuários, assim, era possível a obtenção de cura sem o deslocamento físico através de ofertas votivas – variável em formas e materiais empregados - e curas por procuração, ou seja, a possibilidade de substituição/comutação do penitente que recebi o benefício espiritual pretendido. No entanto, conforme salienta Gavin Fort (2018) essa forma de penitência era frequentemente direcionada aos mortos, mas em determinadas ocasiões (aqui a dificuldade de locomoção) poderia ser aplicada aos vivos.

Os dois exemplos de interações citados sinalizam a participação social numa condição de liminaridade (*liminal state*) dos deficientes, o que poderia sugerir que a deficiência enquanto opressão social ou atitudes não tenha permeado as relações entre deficientes e não deficientes. Por outro lado, em outras situações as diferenças corporais ou a lesão não impedia a participação individual, mas a interferência das percepções dos não deficientes, de fato, acabava por definir e estabelecer as possibilidades de atuação social e de sociabilidade destes. Assim, nas *Siete Partidas* há a proibição do casamento de deficientes ou como no decreto 33 do papa Gregório I a diferença corporal é o impedimento para a ordenação “Não se pode ser promovido ao sacerdócio se alguma vez foi louco. Mas se ele enlouquecer depois de [receber] o sacerdócio, ele não perderá o sacerdócio, a menos que talvez aconteça que ele nunca recupere sua sanidade” (apud PARLOPIANO, 2015). No entanto, vários canonistas reconheceram as proibições como injustas visto que consistia em “punir alguém sem culpa”.

O pecado é um eixo explicativo recorrente, mas não dá conta da diversidade de abordagens e compreensões medievais sobre a deficiência.

Por outro lado, embora considere que lepra e outras coisas não correspondam à deficiência, a hanseníase (ou lepra) foi um dos principais agentes causadores de cegueira no período. A cegueira poderia também ser consequência natural do envelhecimento ou adquirida, especialmente, entre trabalhadores de peles e couros que sofriam queimaduras químicas da utilização da cal no processo de extração do excesso de gordura (EYLER, 2010, p. 20-21). Ainda que causadas por diferentes circunstâncias as sociedades medievais seriam caracterizadas por uma proporcionalidade maior de cegos do que a encontrada no mundo atual.

Na definição de Lennard J. Davis (2014) “Uma deficiência envolve uma perda ou diminuição da visão, audição, mobilidade, capacidade mental e assim por diante. Mas uma deficiência só se torna uma deficiência quando a sociedade ambiental cria ambientes com barreiras”.

Porém, é necessário destacar que uma sociedade sem barreiras é impossível: primeiro, pela impossibilidade de tornar determinados ambientes acessíveis; segundo, as soluções às limitações variam de acordo com as deficiências “pessoas cegas preferem degraus e meios-fios definidos, pavimentos recortados, enquanto usuários de cadeiras de rodas precisam de rampas, guias rebaixadas e superfícies lisas” (SHEKEASPEARE, 2010, tradução nossa). Outras motivações foram apresentadas por Tom Shekespeare (2010) o alto custo e as restrições de recursos inviabilizam a superação de muitos

problemas. Dessa forma, Shekespeare é enfático ao afirmar que “lugares sem barreiras são possíveis, mas não um mundo sem barreiras” (SHEKESPEARE, 2010). Além disso, em determinadas deficiências nenhuma mudança ambiental eliminaria inteiramente as barreiras sociais. Após estas considerações é possível estabelecer que na perspectiva de Shekespeare hoje é o modelo social uma limite que dificulta a ampliação das discussões ainda que inicialmente tenha construído uma percepção positiva da deficiência.

O modelo social britânico emergiu a partir das discussões promovidas por duas instâncias: União dos Deficientes Físicos contra a segregação (UPIAS, *Union of the Physically Impaired Against Segregation*) e a Rede de Libertação de Pessoas com deficiência (*Liberation Network of People with Disabilities*). A UPIAS foi primeira organização formada e conduzida por deficientes criada, em 1972, pelo sociólogo Paul Hunt (1937-1979). Na definição da UPIAS “[...] lesão como a falta completa ou parcial de um membro ou ter um membro, órgão ou uma função do corpo com defeito; e deficiência como a desvantagem ou restrição de atividade causada pela organização social contemporânea que não (ou pouco) leva em consideração as pessoas que possuem uma lesão, e assim as exclui da participação das atividades sociais (UPIAS, 1976, p. 20). Debora Diniz estabelece com precisão “[...] há instituições para cegos, surdos e pessoas com restrições cognitivas [...] A UPIAS foi, na verdade, a primeira organização política sobre deficiência a ser formada e gerenciada por deficientes” (DINIZ, 2007, p. 14). Nesse sentido, fica implícito o entendimento do ativismo como prática para a transformação social constituindo, principalmente, na utilização das experiências pessoais de exclusão e discriminação para desabilitar as barreiras ambientais e sociais incapacitantes.

4. CONCLUSÕES

Em síntese, a grande questão aqui apresentada não foi determinar em que medida é necessário estudar a deficiência, mas apresentar perspectivas conceituais, centrando a discussão no modelo social e suas limitações inerentes. Todos os modelos posteriores derivam da crítica do modelo médico. No entanto, ainda que haja uma consecutividade no estabelecimento dos modelos, eles coexistem e continuam a atual sobre o modo como as deficiências são pensadas. Apesar do sucesso político obtido pelo modelo, principalmente pelo ativismo e direitos civis obrigatórios as pessoas deficientes.

A esse respeito Metzger foi taxativa ao recusar a noção de marginalizados para estes sujeitos, considerando que a condição dos deficientes pode ser descrita através do termo “liminaridade” (*liminal state*) já eles não participavam plenamente da sociedade dos fisicamente capazes ainda que também não acompanhasse uma exclusão completa. Nesse sentido, acreditamos ser a liminaridade o aparato operativo mais adequado para demarcar a situação destes indivíduos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAVIS, L. J. (Ed.). **The Disability Studies Reader**. New York/London: Routledge, 2014.
- DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- EYLER, J. R. **Disability in the Middle Ages**. Reconsiderations and Reverberations. Asgate, 2010.
- METZLER, I. Liminality and disability: Spatial and Conceptual Aspects of Physical Impairment in Medieval Europe. In: BAKER, P. A.; NIJDAM, H. e LAND, K. van't (Eds.). **Medicine and Space**. Body, Surroundings and Borders in Antiquity and the Middle Ages. Leiden/Boston: Brill, 2012, p.
- _____. **Disability in Medieval Europe**: Thinking about Physical Impairment in the High Middle Ages, c.1100-c.1400. Routledge, 2006.
- PARLOPIANO, B. *Propter deformitatem*: Towards a Concept of Disability in Medieval Canon Law. **Canadian Journal of Disability Studies**, v. 4-3, 2015, p. 72-102.
- SHAKESPEARE, T. The Social Model of Disability. In: DAVIS, L. J. (Ed.). **The Disability Studies Reader**. New York: Routledge, 2010, p. 266-173.
- SINGER, J. Disability and the Social Body. **Postmedieval: a journal of medieval cultural studies**: vol. 3, n. 2, 2012, p. 135–141.
- STIKER, H-J. **A History of Disability**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000.